ÉLISÉE RECLUS

O HOMEM E A TERRA

O Estado Moderno

Editora Imaginário

O HOMEM E A TERRA

O ESTADO MODERNO

Projeto Editorial
Plínio Augusto Coêlho

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Reclus, Élisée, 1830-1905.
O Homem e a Terra: O Estado Moderno / Élisée Reclus;
tradução Plínio Augusto Coêlho. – São Paulo: Expressão & Arte:
Editora Imaginário, 2010.

Título original L'Homme et la Terre: L'État Moderne
ISBN 978-85-7935-011-5

1. Civilização – História 2. Educação 2. Etnologia 3. Geografia humana
4. Geografia social 5. História universal 6. O Estado I. Título.

10-11775 CDD-910.01

Índices para catálogo sistemático:
1. Geografia social 910.01

Expressão e Arte Editora
Rua Waldemar Martins, 926 - Casa Verde
Tel. 11-3951-5240 / 3966-3488 Fax 11-3951-5188
02535-001 São Paulo - SP
www.expressaoearteeditora.com.br
expressaoearte@terra.com.br

Editora Imaginário
Rua Espártaco, 456 - Vila Romana
Tel. 11-3864-3242
05045-000 São Paulo - SP
www.editoraimaginario.com.br
ed.imaginario@uol.com.br

Impresso no Brasil
2010

ÉLISÉE RECLUS

O HOMEM E A TERRA

O ESTADO MODERNO

Tradução

Plínio Augusto Coêlho

Editora Imaginário

SUMÁRIO

NOTA DE APRESENTAÇÃO
7

O ESTADO MODERNO
Élisée Reclus
11

NOTA DA EDIÇÃO

O ensaio ***O Estado Moderno***, corresponde ao capítulo VII, livro IV, volume VI da obra de Élisée Reclus, ***O Homem e a Terra***, publicado em Paris, em 1905.

O ESTADO MODERNO

Élisée Reclus

O ESTADO MODERNO

Élisée Reclus

A lei tem por efeito imediato adormecer
em um triunfo momentâneo
aqueles que a impuseram.

Unidade de convergência das nações.
Autoridade absoluta ou mitigada.
Regime parlamentar. – Repúblicas e monarquias.
Evolução e revolução. – Espírito de corpo;
magistrados, engenheiros e oficiais. – Coalizão dos
corpos constituídos. – Funcionários e funcionarismo.
Liberdade da pessoa humana.

Assim, o mundo está bem perto de unificar-se: incluindo as ilhotas esparsas na imensidão do Oceano, todas as terras entraram na área de atração da cultura geral, com predominância do tipo europeu. Só em alguns raros enclaves, em regiões de grutas onde os homens fo-

gem da luz, em lugares muito afastados isolados por rochedos, florestas ou pântanos, tribos puderam manter-se totalmente isoladas, sem que sua existência associe-se ao ritmo da grande vida universal. Por sinal, por mais cuidadosamente que se ocultem essas tribos às quais basta o pequeno círculo hereditário, os pesquisadores da ciência descobriram-nos e fazem-nos entrar no conjunto da humanidade estudando suas formas, seu tipo de vida, suas tradições e classificando-os na série na qual elas eram um grupo ignorado.

A tendência instintiva de todas as nações para tomar parte nos negócios comuns do mundo inteiro já se manifestou em muitas circunstâncias da história contemporânea. Assim, vimos no ano de 1897 as seis grandes potências européias, cada uma, talvez, com um pensamento secreto, mas todas com a pretensão de manter o equilíbrio europeu, satisfazerem simultaneamente a Turquia e a Grécia, fuzilando ainda alguns infelizes cretenses, "irmãos em Cristo", porquanto a "ordem pública" assim o desejava. Malgrado o repugnante espetáculo que apresentava essa grande exibição de força contra um pequeno povo reclamando justiça,

não deixa de ser um fato político completamente novo e sugestivo a união desses soldados e marinheiros de diversas línguas e nações, agrupando-se em destacamentos aliados sob as ordens de um chefe tirado na sorte entre ingleses e austríacos, italianos, franceses e russos. Foi um evento de caráter internacional, único até então na história pela precisão metódica com a qual se a aplicava. Restava doravante provado que a Europa é em seu conjunto uma espécie de república de Estados, unidos pela solidariedade de classe. A casta financeira que reina de Moscou a Liverpool fez com que os governos e os exércitos agissem com uma disciplina perfeita.

Desde então, a história apresentou-nos vários outros exemplos desse Conselho das nações que se constitui espontaneamente em todas as graves circunstâncias políticas: os interesses de todos estando em jogo, cada um quer ter sua parte nas deliberações e suas vantagens no arranjo. Na China, por exemplo, a federação momentânea que se produz entre nações é bastante estreita para reunir os militares representantes de todos os Estados em uma obra comum de destruição e massacre; alhures, nota-

damente no Marrocos, as maquinações comuns limitam-se por um tempo a confabulações diplomáticas, mas de qualquer modo, o fato permanece bem reconhecido. Os Estados têm a consciência bem clara da repercussão sobre seu próprio destino de todos os fatos que se produzem, em qualquer lugar do mundo, e esforçam-se da melhor maneira possível para proteger-se da mudança de equilíbrio. Todavia, é importante assinalar o contraste que se produz na solidariedade dos Estados conservadores, comparada àquela dos povos em período de revolução. O impulso realiza-se, mas em sentido inverso. Enquanto o ano de 1848 havia sacudido o mundo numa vibração de liberdade, vemos, cinqüenta anos depois, a Inglaterra entregar-se aos representantes da aristocracia e lançar-se numa longa guerra atrás de um bando de flibusteiros; a França, às voltas com uma recrudescência de espírito clerical e militar; a Espanha, restabelecer os costumes da Inquisição; a América, povoada de imigrantes, tentar fechar suas portas ao estrangeiro; a Turquia, ter sua revanche sobre a Grécia.

Porquanto o movimento de convergência para a compreensão comum das coisas produz-se

no mundo inteiro, é permitido tomar o estado de espírito e a prática dos civilizados da Europa, na gestão de suas sociedades e na realização de seu ideal, como o ponto de partida das transformações que se operarão no futuro. Evidentemente, cada grupo de homens direcionados a um mesmo objetivo não seguirá servilmente a mesma estrada principal; tomará, segundo o ponto que ocupa atualmente, um atalho determinado pela resultante de todas as vontades individuais que o constituem. É, pois, uma espécie de média que convém estabelecer, média à qual se liga, segundo o meio no tempo e no espaço, a situação particular de cada nação e de cada elemento social. Todavia, em tal estudo, é preciso que o investigador distancie-se com cuidado de toda tendência ao patriotismo, resto da antiga ilusão segundo a qual a nação à qual se pertencia encontrava-se especialmente designada por uma Providência celeste à conquista das riquezas e à realização de grandes coisas. A essa ilusão, natural em todos os povos, de que eles são os primeiros de todos em mérito e gênio, corresponde uma outra ilusão, que Ludwig Gumplowitz designa pelo termo "acrocronismo" e pelo efeito da qual se pensa de bom

grado que a civilização contemporânea, por mais
imperfeita que seja, não deixa de ser o estado
culminante da humanidade, e que todas as épo-
cas anteriores pertencem comparativamente
às épocas de barbárie. Trata-se aí de um egoís-
mo "cronocêntrico" análogo ao egoísmo "etno-
cêntrico" do patriotismo.

Na sociedade atual, o "direito do homem,
proclamado por indivíduos isolados há milhares
de anos, e há mais de um século por uma assem-
bléia que atrai para si a atenção dos povos e dos
tempos, esse direito ainda não é reconhecido
senão como princípio, como uma simples pala-
vra da qual não se busca absolutamente pene-
trar o sentido. O fato brutal da autoridade per-
siste contra o direito, simultaneamente na fa-
mília, na sociedade, no Estado; ele persiste, mas
admitindo seu contrário, mesclando-se com ele
em mil combinações ilógicas e bizarras. Bem
pouco numerosos são ainda os fanáticos da au-
toridade absoluta que dão ao príncipe o direito
de vida e morte sobre seus súditos, ao marido e
ao próprio pai o direito sobre sua mulher e seus
filhos. A opinião flutua indecisa, dirigida nessas
matérias menos pelo raciocínio do que pelas cir-
cunstâncias do drama, pelas simpatias pessoais,

pela forma das narrativas. De um modo geral, pode-se dizer que o homem mede o rigor de seus princípios de liberdade pela parte de interesse pessoal que ele tem no fato consumado. Ele é estrito, inteiro, quando se trata de eventos que ocorrem do outro lado do globo; transige um pouco e mescla suas manias de autoridade a concepções de direito humano quando os fatos concernem a seu país, sua casta; enfim, quando é diretamente tocado, corre o risco de deixar-se cegar pela paixão e, de bom grado, falaria como senhor.

Em certos países, na França, por exemplo, não é tido por normal, por assim dizer, que o marido tenha o direito de matar sua mulher infiel? É sobretudo na família, em suas relações cotidianas com os seus, que se pode julgar melhor o homem; se ele respeita absolutamente a liberdade de sua mulher, se os direitos, a dignidade de seus filhos e de suas filhas são-lhe tão preciosos quanto os seus, então, a prova foi dada; ele é digno de entrar em uma assembléia de cidadãos livres; caso contrário, ele ainda é escravo, visto que é tirano.

Repetiu-se com freqüência que o grupo da família é a célula primordial da humanidade.

Essa é uma verdade bem relativa, pois dois homens que se encontram e tornam-se amigos, um bando que se forma para caçar ou pescar, compreendendo inclusive os animais, um concerto de vozes ou de instrumentos que se casam em uníssono, e pensamentos que se realizam em ações comuns constituem igualmente grupamentos iniciais na grande sociedade mundial. Ao menos é certo que as associações familiais, quaisquer que sejam, por sinal, seus costumes, poliginia ou poliandria, monogamia ou livres uniões, exercem uma ação direta sobre a forma do Estado pela repercussão de sua ética; vemos em grande plano as coisas da mesma maneira que as vemos em pequeno. A autoridade que prevalece no governo corresponde àquela que grassa nas famílias, todavia, habitualmente, é necessário dizê-lo, em menores proporções, pois o governo não tem sobre os indivíduos esparsos a mesma força de pressão que o cônjuge sobre o cônjuge que vive sob o mesmo teto.

Em conformidade com essa prática das famílias, que se transformou naturalmente em "princípio" entre todos os interessados, o governo constituiu-se, portanto, em todas as partes do gênero humano que vivem separadas umas

das outras, em corpos políticos distintos. As causas dessa divisão variam e entremesclam-se: aqui, a diferença das linguagens limitou dois grupos; lá, as condições econômicas provenientes de um solo particular, de produções especiais, de vias históricas dirigidas de outra maneira traçaram a fronteira; depois, sobre todas as causas primevas, naturais e de evolução sucessiva, vieram produzir conflitos, que uma sociedade autoritária deve justificar em toda a parte e sempre. Assim, pelo jogo incessante dos interesses, das ambições, das forças atrativas e repulsivas, Estados delimitaram-se, aspirando, a despeito de suas vicissitudes incessantes, a uma espécie de personalidade coletiva, exigindo inclusive da parte de seus súditos um sentimento particular de amor, devotamento, sacrifício, que denominam "patriotismo". Um conquistador passa, demarcando as fronteiras, e, de repente, os súditos, por causa da autoridade, têm de modificar seus sentimentos, orientar-se para um novo sol.

Assim como a propriedade é o direito de usar e abusar, do mesmo modo a autoridade é o direito de comandar a torto e a direito. É assim que entendem os senhores, e é igualmente assim

que compreendem os governados, seja porque obedecem servilmente, seja porque sentem o espírito de revolta despertar neles. É verdade que os filósofos viram outra coisa muito diferente na autoridade. Desejosos de dar a esse termo uma significação que o aproxima do sentido primitivo, análogo àquele de criação, eles nos dizem que a autoridade reside em quem quer que ensine a quem quer que seja alguma coisa de útil, quer se trate do primeiro dos sapientes ou da última das mães de família,[1] e alguns, inclusive, chegam até a considerar o revolucionário que se levanta contra o poder como o verdadeiro representante da autoridade.

Cada um tem o direito de falar a linguagem que lhe convém e dar às palavras o sentido que pessoalmente escolheu: mas é certo que, na conversação popular, o termo "autoridade" tem o sentido que outrora lhe deu Posseidon comandando as tempestades: "Assim quero, assim ordeno! Sem razão, minha vontade basta!" Desde então, os senhores nunca falaram de outra forma. Não é admitido que o "canhão é a razão suprema dos reis"? E a "razão de Estado" não se

[1] Saint-Yves d'Alvaydra, *La mission des Juifs*, p. 41.

distingue essencialmente pelo fato de que ela não é a razão? Ela situa-se fora das condições da humanidade vulgar, ela governa o justo e o injusto, o bem e o mal como bem deseja.

Em boa lógica autoritária, tudo pertence ao monarca absoluto, a terra bem como a vida de seus súditos. Já não era pelo efeito de uma verdadeira condescendência que, quando de seu advento, Sua Majestade siamesa consentia "autorizar todos os seus súditos a servir-se das árvores e das plantas, da água, das pedras e de todas as outras substâncias que se encontram em seu reino"[2]? E não era, em contrapartida, por parte do súdito, uma certa audácia "abandonar sob a planta dos pés sagrados tudo o que se encontrava em sua posse"? Pois é evidente que tudo pertence ao senhor dos senhores, e o déspota poderia mandar cortar a cabeça dos audaciosos que se arriscassem a sustentar diante dele tal linguagem, prova de que, malgrado as fórmulas de abjeção, a propriedade privada começava a existir no país e que o senhor já não estava só. Mas o mundo político está repleto desses contrastes entre o princípio de autoridade absoluta

---

[2] Pallegoix, *Description du royaume de Siam*, 1, pp. 263-264.

e as exigências da liberdade individual. Sem ir tão longe, na despótica Ásia, e, inclusive, permanecendo na "livre Inglaterra", não vemos em mil textos do passado, cujo sentido é pouco compreendido no presente, que a autoridade do príncipe era de fato quase ilimitada?

Não há limites ao aviltamento ao qual o súdito consente prestar-se em suas relações com o monarca. Transcorreu apenas um século desde que o imperador Paulo mandava descobrir todos os passantes para ver de que maneira eles estavam penteados e não admitia ninguém em sua presença sem que o joelho do adorador caísse sobre o assoalho e seu beijo sobre a imperial mão ressoasse ruidosamente no salão. O termo "calvo" era proibido sob pena de cnute porque o imperador era calvo, da mesma maneira o termo "achatado", porque o nariz augusto era achatado como aquele de um calmuque. Proibido dizer que os astros celestes realizam sua "revolução", e, em todas as representações, proibido empregar a palavra "liberdade", que devia ser substituída por "permissão"[3]. Entre-

---

[3] Masson, *Secret memoire of the Court of Saint-Petersburg*, London, H. S. Nichols.

tanto, esse louco, que tinha um método em sua loucura, reinou cinco anos, e seu povo o teria deixado indefinidamente em seu trono: ele sucumbiu sob o esforço de uma conjuração da corte, que seu filho, o futuro Alexandre I, não ignorava absolutamente.

E se o poder pessoal mostra-se por lados abjetos, não o vemos também sob seu aspecto feroz? As guerras às quais Napoleão deixou seu nome eram de fato as suas, e se aquilo a que se chama seu "gênio" não tivesse intervindo, a louca aventura da expedição do Egito certamente não teria ocorrido, exércitos não se teriam fundido na atroz guerra da Espanha para dar ali um assento de vice-rei a Joseph Bonaparte; o pavoroso encontro de homens que se produziu na Rússia central, e que terminou em um desastre inominável, foi igualmente o resultado da vontade imperial. Sem ele, cuja aparição explica-se, por sinal, pela ignorância e pelas mesquinhas paixões de seus contemporâneos, milhões de vidas humanas teriam sido poupadas.

Outros devastadores sucederam aquele que tiveram o topete de chamar de "mártir de Santa Helena", e, assim como muitos soldados crêem ter o "bastão de marechal em sua cartu-

cheira"[4], milhares de chefes de guerra alimentaram a esperança de que a espada de Napoleão seria sua herança. O conquistador não está mais lá, mas é dele que se pode falar como de um morto ao qual estão subjugados os vivos. É um espetáculo simultaneamente muito instrutivo e lamentável esse relativo às numerosas turbas da sociedade que buscam um senhor. O rebanho pede um cão que queira latir nos flancos, cravar seus caninos na carne. Multidões invocam os Napoleões, mas estes, sem responderem ao chamado, podem ao menos professar um culto para as botas e o relho do defunto. Evitam reviver a antiga servidão em toda a sua ignomínia, mas a glorificam em lenda, fazem dela um período sagrado, e os poetas arriscam-se a cantar em modo heróico a vilania dos antepassados. E, visto que o senhor já não está mais lá em sua prestigiosa grandeza, podem consolar-se parcialmente, prosternando-se diante dos senhores secundários que mais se assemelham a ele, diante daqueles que põem a serviço de sua ambição as características essenciais do dominador: a total

[4] Frase atribuída a Napoleão Bonaparte, significando que todo soldado pode alcançar as mais elevadas patentes. (N.T.)

ausência de escrúpulos, o absoluto desprezo pelos homens, o ardor de gozos sempre insaciável, a refinada inteligência a serviço do mal, a cruel ironia que dá sabor ao crime.

Assim, o que quer que digam os teóricos que vêem no Estado uma espécie de entidade independente dos homens, a história mostra-nos da maneira mais evidente que o governo apresenta-se ainda para muitos sob sua forma mais primitiva da violência, aquela do açambarcamento, do capricho, e que o representante por excelência do Estado, isto é, o soberano, dá-lhe forçosamente a direção que provém da resultante de suas paixões e de seus interesses. Não só o rei é apenas um homem como há, inclusive, grande possibilidade de que seja um homem inferior à média, porquanto está cercado de bajuladores e intrigantes que lhe ocultam a verdade, e que a vertigem de sua posição privilegiada o expõe à loucura. Lecky[5] constata que mais da metade das guerras que devastaram a Europa teve por origem as desavenças de soberanos muito aparentados. Compreendemos muito bem que assim seja. Os povos não tinham qualquer

[5] *History of England in the Eighteenth Century*, vol. I, p. 104.

interesse nessas discussões de família que planavam acima deles, mas se encontravam arrastados para isso assim como a água em um turbilhão de eclusa: entregues como uma coisa inerte às rivalidades e aos ódios de seus senhores, eles eram empregados para satisfazer uns, saciar os outros. Caprichos pessoais, interesses de família, eis o que se esconde sob a "Graça de Deus", herança dos tempos antigos legada pelos Merodach (Marduk), faraós e césares. Mesmo entre os reis atuais, que unem constituições e instituições precisas, e que, malgrado suas veleidades de poder absoluto, sentem-se um pouco na situação de insetos espetados por um alfinete, a história contemporânea pode designar ao menos um deles, no centro da Europa, sobre um dos tronos mais elevados do mundo, que não perde nenhuma ocasião de proclamar-se o eleito direto de Deus. Ele próprio muito elevado, não tem outra responsabilidade senão para com o Altíssimo.

Todavia, em conseqüência da evolução histórica, ocorre que a maioria dos defensores do antigo regime abandonou o ataque e mantém-se na defensiva: sustenta as circunstâncias atenuantes. Assim como, em uma época memorá-

vel, manteve-se a República na França porque ela era o estado de transição que menos dividia, assim também se conserva a monarquia em vários Estados porque ela permite aos diversos partidos pacientar na espera de um acordo em relação às mudanças a fazer. Todas as virtudes domésticas e privadas que o soberano tem a chance de possuir são-lhe contadas como méritos particularmente excepcionais, e até mesmo todos os favores do destino, boas colheitas e belos dias, são considerados como frutos se não de seu poder direto, ao menos de uma espécie de intervenção. O símbolo dessa soberania do senhor terrestre sobre os elementos do céu ainda é visto na China, durante um eclipse do sol ou da lua, quando o mandarim chinês, munido de suas armas e vestido com seu grande uniforme, notifica, de baixo, suas ordens em nome do Imperador, e, para agradar seu povo, livra o astro ameaçado. Recentemente, quando a rainha Vitória da Inglaterra morreu, após um longuíssimo reinado de três quartos de século, muitos de seus entusiastas súditos quase pareceram crer que ela teve algo a ver com os imensos progressos realizados no mundo durante toda a era vitoriana, *the Victorian age*. Foi assim que se for-

maram outrora as lendas dos Rama, dos Ciro, dos Carlos Magno; era assim que "um olhar de Luís gerava os Corneille".

O estado de transição entre a submissão de todos a um único, forma normal da monarquia, e agrupamento livre e espontâneo dos homens funcionando em harmonia, forma ideal da humanidade, é marcado por constituições, cartas, estatutos que devem forçosamente mudar com o tempo, não apenas porque a nação à qual são aplicados evolui mais ou menos rapidamente, mas também porque essas convenções, promulgadas com tanta solenidade, não são absolutamente obras originais, provindo da vontade precisa do povo; são em sua maioria cópias, mais ou menos hábeis, de outros documentos do mesmo gênero, e, assim como as leis, representam sempre os interesses exclusivos da classe dirigente. Ninguém fez melhor a crítica das constituições escritas do que o representante dos cherokees, falando em uma assembléia geral das tribos do território indígena, reunida em 1872, para discutir uma carta geral: "Devemos", disse, "ocupar-nos em gravar as instituições no coração de nossos concidadãos, só assim elas serão duráveis. Escrevê-

las no papel é o mesmo que gravá-las na casca da árvore. O carvalho da floresta cresce todos os anos, mudando toda vez a casca: o mesmo vale para a nação indígena. Duas coisas não mudam absolutamente: a vontade do homem e o coração do carvalho. É à vontade que devemos ater-nos se quisermos viver e durar"[6].

O nome de República, aplicado a certos Estados, por oposição àquele de Monarquia, foi dado no transcurso dos tempos a organizações bem diversas, mas que, uma e outras, tentavam fazer viver um agrupamento mais ou menos restrito de homens considerando-se livres no meio de uma população de escravos ou vizinhos bárbaros. Problema insolúvel, pois não pode haver sociedade verdadeiramente livre enquanto um único homem permanecer subjugado no planeta terráqueo. Assim, o cidadão de Atenas, o plebeu de Roma, o pastor dos vales dos Pirineus, até mesmo os membros da tribo dos OvaMbandu, no sul de Cunene, que o missionário Duparquet retrata como intransigentes republicanos vivendo em completa liberdade, sem chefe,

---

[6] *Le Temps*, 30 de agosto de 1872. – A. Letourneau, *Évolution de la Morale*, p. 122.

sem sacerdote que possa exigir homenagem ou impostos, todas essas comunidades sucumbiram, absorvidas pelos impérios servis que as rodeavam. Mas se pode dizer que essas organizações formulavam soluções mais originais do que as repúblicas do século XX, submissas ao governo da alta finança internacional e por ela niveladas na posição das monarquias vizinhas.

As diferenças de título são, portanto, sem caráter essencial, mas é importante constatá-las e determinar sua origem histórica. Entre os cento e oitenta ou duzentos milhões de homens que vivem atualmente em regime republicano, se não sem senhores ao menos sem reis oficiais, é evidente que os suíços, os americanos, os franceses foram levados a adotar o mesmo nome por circunstâncias históricas muito diferentes. A Suíça, que foi inicialmente um caos de senhorias, feudos, comunidades campestres, só teve de buscar e manter seu equilíbrio de forças para tornar-se uma confederação republicana; os Estados Unidos foram levados pela teimosia da Inglaterra de privar-se do regime monárquico ao qual, de início, queriam permanecer religiosamente fiéis; do mesmo modo, as repúblicas hispano-americanas, que se anun-

ciaram na história pelo grito de "Viva Ferdinando VII", não puderam, evidentemente, chegar à renegação da realeza senão após uma longa evolução de guerras e revoluções intestinas. A república luso-brasileira permaneceu mais tempo imersa nas instituições monárquicas, e a meia dúzia de colônias semi-republicanas de Greater Britain, Dominion of Canada[7], a Commonwealth da Austrália, a Colônia do Cabo[8], a Nova Zelândia etc., acomodaram muito engenhosamente um resto de formas monárquicas para sua constituição republicana. Só a França foi levada bem diretamente, pela lógica das coisas, a suprimir a realeza como atentatória aos direitos do homem e a fazer da República um símbolo de Liberdade, Igualdade, Fraternidade.

Mas é só um símbolo, e um símbolo quase em toda a parte incompreendido. A República

---

[7] Dominion of Canada foi o título usado por muito tempo até o início do século XX para se referir à nação canadense. (N.T.)

[8] Colônia do Cabo (em holandês, Kaapkolonie; em inglês, Cape Colony) referia-se ao Cabo da Boa Esperança. Primeira colônia na extremidade sul da África e existiu entre 1652, fundação da cidade do Cabo pelos holandeses e 1806, quando foi ocupada pelos britânicos. (N.T.)

francesa flexibiliza-se estranhamente às sobrevivências monárquicas; mesmo em 1875, quando a manutenção da forma republicana na França foi votada no Parlamento pela maioria, foi tacitamente admitido que se o termo fosse aceito, tendo em vista a dificuldade de encontrar um rei, permaneceria-se intransigente quanto ao fundamento, e que as antigas instituições — aquilo que é denominado de bons princípios — seriam respeitosamente salvaguardadas. Foi, com efeito, o que aconteceu. A República, boa princesa, que coleta penosamente o dinheiro nas baixas camadas do povo miserável para o pagamento de seus funcionários, a República continuou religiosamente a garantir os honorários de seus empregados, enquanto estes, fiéis aos precedentes, à rotina, ao espírito de corpo, prosseguiam sua vituperação contra o novo regime, graças ao qual eles faziam bela figura no mundo. Oficiais, magistrados, padres, até mesmo professores, faziam questão de trair o governo que deveriam presumidamente respeitar e servir, e, inclusive, gabavam-se disso em seus discursos e circulares. Durante esse caso de traição militar — dito "caso Dreyfus" —, que assumiu um caráter épico no imenso turbilhonamento das

paixões humanas, foi um incidente dos mais curiosos e significativos este da consulta dos alunos de Saint-Cyr, a grande Escola militar da França: "Desejais a mudança da forma governamental?" — "Sim", foi a resposta unânime, acrescida, por alguns dos alunos, de expressões violentas e grosseiras. E, mais tarde, quando, sob a pressão de uma parte do povo, escandalizada de ver as congregações religiosas apoderar-se pouco a pouco do ensino na França e buscar moldar todas as inteligências das crianças para delas fazer pequenos jesuítas, o governo, enfim, resolveu defender-se. Não se viu todos os tribunais em unanimidade justificarem todas as rebeliões, insultos, vias de fato dos monges e de seus amigos, e condenar uniformemente a penas tão leves que elas provavam o acordo dos magistrados com os processados? Nunca se viu exemplo mais surpreendente dessa "casa dividida contra si mesma", da qual fala o Evangelho. Ora, "semelhante casa não pode subsistir", diz-nos a razão. Cada dia mostra-nos alguma pedra separando-se do edifício.

As revoluções, sob formas por sinal múltiplas, são inevitáveis, pois as evoluções são contrariadas em seu funcionamento normal. Que

as catástrofes terminais dividam-se em mil pequenos fatos, bancarrotas e suicídios, rixas, greves ou misérias, ruínas industriais ou derrocadas políticas, empobrecimento e despovoamento, ou que um furacão político e social passe bruscamente sobre a região deixando atrás de si um rastro de ruínas e cadáveres, o resultado é o mesmo em seu conjunto. A linguagem da história é categórica nessa matéria. Ou a morte, como outrora para a Caldéia, o Elam, a Bactriana, ou a transformação penosa, violenta, dolorosa para todas as nações modernas, que não podem perecer porque, apesar de tudo, apóiam-se mutuamente, embora se entredevorando na concorrência vital! Não pode haver outra saída enquanto o Estado, representado pelo poder pessoal de um ou de vários indivíduos, ou, inclusive, de uma classe inteira, conservar o direito eminente de considerar-se como educador da nação, porquanto, essa educação, ele a fará sempre em seu próprio benefício, mesmo com a perfeita ilusão de "devotar-se ao bem do país". Produz-se uma divisão do trabalho parecendo completamente natural àqueles que desejam a manutenção das antigas prerrogativas: de um lado, o dever de governar,

do outro, o dever de obedecer. Mas aqueles que se encarregam de "conduzir o carro do Estado" deveriam tudo saber, tudo prever, tudo organizar; ora, os súditos, que também se educam, constatam os erros cometidos por seus senhores, recusam essa divisão do trabalho e aplicam-se em sua destruição.

As jornadas de Julho não foram a conseqüência forçada dos "decretos" e de todo o regime de opressão que havia provocado o conflito? A guerra franco-alemã não foi, de conflito em conflito e de vicissitude em vicissitude, a conseqüência natural dos dois impérios napoleônicos que derrubaram as duas repúblicas francesas? E, nos primeiros anos do século XX, a Rússia não teria por que sustentar o combate com os exércitos japoneses se ela não tivesse, em violação a todas as promessas, apoderado-se de uma província chinesa, zombando dos ingênuos que podiam crer em sua palavra. Portanto, é errôneo ver nas revoluções simplesmente o efeito de um instinto de destruição que excitaria as massas populares e as levaria a destruir. Sem dúvida, esse instinto existe, todos os educadores observaram o quanto ele é imperioso nas crianças, amantes natos da reno-

vação. Não se deve esquecer que "viver é agir", e que "a destruição é a forma mais fácil da ação" (Anatole France): mas não há apenas o instinto; é preciso levar em conta, sobretudo, a vontade coletiva proveniente das condições gerais da sociedade.

Quando ela superabunda, a vida torna-se irresistível: é como a água corrente, que se pode represar, mas que deve encontrar uma saída, seja por cima da barragem, mergulhando no leito habitual, seja, por uma depressão lateral, por uma nova passagem. Assim se explicam os efeitos imprevistos das revoluções e das contra-revoluções violentas. Após bruscas mudanças obtidas pela força, a vida não se manifesta mais pelos mesmos atos, ela alimenta energias até então dormentes, penetra em novos canais como a água comprimida por um pistão; mas, quaisquer que sejam as transformações, a persistência da força não pode deixar de prevalecer. O trabalho realiza-se de outro modo, mas ele realiza-se, produzindo toda uma sucessão de eventos inesperados que os fracos homens submetidos a seus efeitos dizem, segundo as circunstâncias, funestas ou favoráveis, julgando habitualmente consoante seu estreito egoísmo

e seu ponto de vista do momento. É assim que o movimento transforma-se em calor e o calor em eletricidade. Vendo a máquina parar, passam a crer facilmente que a própria força dispersa-se; mas eis que ela repentinamente eclode, transfigurada. É o deus que esvanece e encontra-se em contínuos avatares. Proteu, sempre mutável, assumiu a forma de um novo ser.

Na ilusão infantil e bárbara de poder deter a vida transbordante da multidão, de imobilizar a Sociedade em seu benefício pessoal, indivíduos e classes dispondo do poder, chefes de Estado e senhores aristocráticos, religiosos ou burgueses intervêm de bom grado pela força brutal para suprimir toda iniciativa popular: mas eles o fazem com a mão hesitante. As leis imutáveis da história começam a ser bastante conhecidas para que os mais audaciosos entre os exploradores da Sociedade ousem chocar-se de frente com ela em seu movimento: devem proceder com ciência e habilidade a fim de desviá-la para vias laterais, como um trem que é dirigido para fora da linha principal. Até o presente, o meio mais freqüentemente empregado, e um daqueles que, infelizmente, servem melhor aos senhores dos povos, consiste em mu-

dar todas as energias nacionais em furor contra o estrangeiro. Os pretextos são fáceis de encontrar visto que os interesses dos Estados permanecem diferentes e contraditórios pelo próprio fato da separação em organismos artificiais distintos. Também existem mais do que pretextos, há lembranças de males, massacres, crimes de todo tipo praticados nas antigas guerras; o apelo à vingança ainda ressoa, e, quando a nova guerra tiver passado como um incêndio, devorando tudo com sua terrível chama, ela deixará igualmente a recordação do ódio e poderá servir de fermento para futuros conflitos. Quantos exemplos poderíamos citar de tais derivativos! Às dificuldades internas do governo, os detentores do poder respondem por guerras externas; se essas guerras forem triunfantes, os senhores não deixarão de aproveitar-se delas para a consolidação de seu regime: eles terão aviltado seu povo pela loucura da vaidade denominada glória; terão feito dele um cúmplice vergonhoso incitando-o ao roubo, à pilhagem, à matança, e a solidariedade do mal sufocará as reivindicações primevas até que de novo encham-se as copas do vinho tinto do ódio.

Entretanto, além da guerra, os governantes têm à sua disposição poderosos meios de afastar deles todo perigo. Entre outros, a corrupção e a desmoralização pelo jogo, todas as formas da dissolução: as apostas, as compras, a bebida, os cafés, os "cafés-concertos". "Que eles cantem, eles pagarão!" Aqueles que são depravados, desprezíveis e que se desprezam a si mesmos não têm mais o sentimento de dignidade necessária que poderia incitá-los à revolta: tendo a consciência de ter almas de serviçais, recompensam-se aceitando a opressão. Assim, as guerras da República e a explosão de vícios e torpezas que se seguiram aos primeiros anos da Revolução, com seu ideal de austeridade e virtude, vieram a propósito para preparar o regime imperial e o ignominioso aviltamento dos caracteres. Todavia, houve aí um fenômeno de balanceamento que proveio em grande parte de uma reação normal da sociedade considerada em seu conjunto. É natural que os homens oscilem sucessivamente de um pólo ao outro, assim como sua vida alterna da atividade ao sono, e do repouso ao trabalho. Além disso, uma nação sendo composta de um grande número de classes e grupos diversos que têm sua própria

evolução na evolução geral, disso resulta que movimentos históricos de tendências opostas entrechocam-se e entrecruzam-se descrevendo as curvas mais complicadas das quais o historiador só pode desatar o emaranhado com grande dificuldade.

Assim, durante as lutas intestinas da Revolução francesa, os vendeenses representavam certamente contra o governo central o princípio da Comuna autônoma, livremente federada; no entanto, por uma contradição cuja falta absoluta de instrução não lhes permitia dar-se conta, eles também se fizeram os defensores da Igreja, que visa ao império universal das almas, e da Realeza, que em todos os *Communiers*[9] só vê pessoas sujeitas à corvéia e à talha, mesmo no sentido de carne para cortar nos campos de batalha. Por uma estranha ingenuidade que faz sorrir e faria chorar, os negros do Haiti, lutando por sua liberdade contra os plantadores brancos, proclamavam-se com entusiasmo a gente do Rei; os rebeldes das colônias espanholas do Novo Mundo aclamavam o rei católico da Espanha! Quase sempre, no trans-

---

[9] Burgueses de uma comuna. (N.T.)

curso dos séculos, aqueles que se revoltaram contra uma autoridade qualquer, fizeram-no em nome de uma outra autoridade, como se o ideal só consistisse em mudar de senhor. Durante os grandes movimentos de opinião e de liberação intelectual que resultaram na revolução de 1830, aqueles que trabalhavam pela emancipação da língua, pelo livre estudo da história artística e literária em todos os tempos e em todos os países, fora da Grécia, de Roma e do "Grande Século", todos aqueles que buscavam suas origens mesmo na Idade Média, e seus parentes mesmo entre os alemães e os eslavos, os "românticos", em resumo, haviam permanecido, em sua maioria, monarquistas e cristãos: enquanto os reivindicadores da liberdade política permaneciam sempre nas formas clássicas da Escola, no estilo tradicional carimbado pelas Academias. Quando Blanqui, sujo de pólvora, abandona enfim seu fuzil após as três jornadas vitoriosas de julho, ele pronuncia uma única frase: "Afundados os românticos!"[10] A revolução havia se decomposto em dois elementos, aquele da política, visando à derrubada dos tro-

---

[10] Gustave Geoffroy, *L'Enfermé*, p. 51.

nos, e aquele outro da literatura, trabalhando pela liberação da linguagem e pela extensão de seu domínio. Dos dois lados, os revolucionários também eram os reacionários uns dos outros. É muito justamente que, de partido a partido, lamenta-se a falta de lógica, das inconseqüências, dos absurdos e das asneiras.

O historiador, que contempla o vaivém dos eventos e que busca extrair sua substância do ponto de vista do progresso, tem, portanto, o problema mais difícil para resolver, aquele de estabelecer o paralelogramo das forças entre as mil impulsões em luta que se chocam de todas as partes. É fácil que ele se engane, e amiúde desespera crendo assistir a um desmoronamento quando de fato houve reais progressos, ou melhor, no acerto geral das contas, considerando as perdas e os ganhos, os haveres humanos aumentaram grandemente.

Todavia, como a obra de verdadeira revolução parece longa e difícil àqueles que são animados pelo ideal! Se as formas exteriores, instituições e leis, obedecem à pressão das mudanças íntimas que ocorreram, estas não podem produzi-las; é sempre necessário que um novo impulso venha do interior. À primeira vista,

parece que o voto de uma Constituição, ou de leis estabelecendo por fórmulas oficiais a vitória da parte da nação que reivindica seus direitos, assegura de uma maneira definitiva o progresso já realizado. Ora, é possível que o resultado seja precisamente o contrário. Essa carta, essas leis, aceitas pelos revoltados, consagram, é verdade, a liberdade conquistada, mas elas também a limitam, e aí está o perigo. Elas determinam o termo preciso ao qual devem deter-se os vencedores, e ele torna-se fatalmente o ponto de partida de um recuo, pois a situação nunca é absolutamente estacionária: se o movimento não se faz no sentido do progresso, far-se-á do lado da repressão. A lei tem por efeito imediato adormecer em seu triunfo momentâneo aqueles que a editaram, retirar dos indivíduos zelosos a energia pessoal que os havia animado em sua obra vitoriosa de transferi-la a outros, aos legisladores de ofício, aos conservadores, isto é, aos próprios inimigos de toda mudança progressiva. De resto, no fundo, o povo é conservador e o jogo das revoluções não lhe agrada por muito tempo; ele prefere a evolução, porque não suspeita dela, e porque, ignorando-a, não pode testemunhar-lhe seu mau

humor. Tornados legalitários, os antigos revoltados estão em parte satisfeitos; entram nas fileiras dos "amigos da ordem", e a reação reassume o controle até que novos grupos de revolucionários não ligados pelas fórmulas, ajudados pelos erros ou pelas loucuras governamentais, conseguem fazer uma outra passagem nas construções antigas.

Assim que uma instituição é fundada, ainda que para combater abusos gritantes, ela cria novos abusos por sua própria existência; deve adaptar-se ao meio pernicioso e, para funcionar, necessita agir de modo patológico. Os criadores da instituição só obedeciam a um nobre ideal; os empregados que eles nomeiam devem, ao contrário, levar em conta, antes de tudo, seu salário e a duração de seu emprego. Longe de desejar o êxito da obra, acabam por não ter desejo mais vivo do que aquele de nunca alcançar o objetivo[11]. Não se trata mais do trabalho, trata-se só das vantagens que ela proporciona, honrarias que confere. Assim, uma comissão de engenheiros é encarregada de examinar as quei-

---

[11] Herbert Spencer, *Introduction à la Science Sociale*, cap. V, p. 87.

xas dos proprietários desapossados pela construção do aqueduto do Avre: parecia tão simples estudar de início essas queixas e responder a elas em toda eqüidade. Não, começa-se por empregar alguns anos e refazer um nivelamento geral da região, já feito e bem feito. O tempo passa, as despesas acumulam-se e as queixas exacerbam-se. Quantas vezes aconteceu que os créditos votados para tal ou qual trabalho são notoriamente insuficientes, e servem tão-somente à manutenção dos madeirames, mas os salários dos engenheiros afluem como se fosse realizado um trabalho útil. Quantos anos foram necessários à perseverante associação do *Loire navigable* para obter a autorização para estabelecer, a seus custos, um canal no leito do rio, por meio de espigões pouco custosos! O Estado só admitia trabalhos necessitando dos milhões, e que, provavelmente, em vinte anos ainda estivessem em estudos, como tantas obras vitais para a utilização inteligente do solo da França.

A Lei é editada pelo Parlamento emanando do Povo no qual reside a Soberania nacional. Quanto mais livre é o país, mais é venerável o Corpo legislativo que ele se deu, e mais neces-

sário é o livre exame de todas as coisas que a liberdade implica. Ora, nenhuma instituição está mais sujeita à crítica do que o parlamentarismo.

Ele foi um instrumento de progresso incontestável para a nação que lhe deu origem, e compreende-se a admiração de Montesquieu estudando o funcionamento do sistema inglês, tão simples e tão lógico. Mais tarde, com a Assembléia nacional de 1789 e a Convenção, o Parlamento atravessou na França seu período heróico e, em resumo, fez bastante boa figura na história da liberação gradual do indivíduo. Desde então, conquistou quase todos os países do mundo, inclusive as repúblicas negras de Haiti, Santo Domingo e Libéria; só a Rússia (1905), a Turquia, a China, as colônias de exploração européia e alguns outros Estados permanecem sem representação nacional. A instituição diversificou-se nos diferentes países, mostrando tal defeito mais particularmente aqui, enquanto tal outro sobressai alhures, mas em todas as partes revela-se uma profunda divergência entre a evolução do povo e aquela de suas Câmaras legislativas.

Deixando de lado os sistemas censitários e plurais, considerando apenas o sufrágio univer-

sal honestamente aplicado, negligenciando inclusive o fato de que, salvo raras exceções, a metade feminina da população não está "representada", não se pode sustentar que a lei votada pela maioria dos eleitos, eles próprios escolhidos pela maioria dos votantes, exprime a opinião da maioria dos eleitores: de fato, o contrário é amiúde a verdade. Esse vício, puramente matemático, podia ser negligenciável quando só existiam dois partidos no Estado; as perdas e os ganhos equilibravam-se no conjunto, mas ele se torna ainda mais grave quando a vida acentua-se e as opiniões diversificam-se. Só a Suíça submete-se à totalidade dos eleitores sobre a aceitação final ou a rejeição de toda nova lei.

Salvo em casos muito excepcionais, o espetáculo oferecido pelos países durante um período eleitoral não é daqueles que possam contentar o homem de princípios. Que o candidato tenha feito pessoalmente violência à sua modéstia, ou que um comitê apresente-o, as ambições aparecem, as manobras, as barganhas, as mentiras triunfam facilmente, e não é absolutamente o mais honesto daqueles que se apresentam ao sufrágio que tem mais chance de obter

êxito. Os legisladores tendo de conhecer todos os tipos de problemas, locais e mundiais, financeiros e educativos, técnicos e morais, nenhuma capacidade especial recomenda o candidato aos eleitores. O eleito poderá dever seu sucesso a certa popularidade de província, a qualidades de bonomia, a sua fecunda oratória, a seu talento de organizador, mas freqüentemente também a sua riqueza, inclusive às relações de família, grande industrial ou grande proprietário, ao terror que ele inspira; na maioria das vezes, ele será um homem de partido; não lhe pedirão para trabalhar para o conjunto da nação, nem facilitar as relações entre os homens, mas combater tal ou qual facção; em resumo, a composição das Câmaras em nada lembrará aquela da nação, ela lhe será geralmente inferior em qualidades morais: o político de carreira domina ali.

Uma vez nomeado, o representante é de fato independente de seus eleitores; deve-se confiar nele para decidir segundo sua consciência nas mil contingências de cada dia, e se ele não se situa no mesmo ponto de vista que seus comitentes, não existe nenhum recurso contra o voto emitido. Longe de todo controle durante

quatro, sete ou nove anos de seu mandato, sem ignorar a impunidade adquirida para atos delituosos, o eleito encontra-se imediatamente exposto às seduções de todos os tipos às quais o submetem as classes dirigentes: o recém-chegado inicia-se na tradição legislativa sob a conduta dos veteranos do parlamentarismo, adota o espírito de corpo, é solicitado pela grande indústria, pelos altos funcionários e, sobretudo, pela finança cosmopolita. Mesmo quando o Parlamento é composto em sua maioria por pessoas honestas, desenvolve-se ali uma mentalidade especial, completamente feita de tratativas, compromissos, palinódias, transações que não devem chegar aos ouvidos do grande público, negociatas de corredor encobertas por alguma brilhante justa entre tribunos experimentados. Todo caráter nobre é aviltado, toda convicção sincera contaminada, toda vontade reta aniquilada.

Não devemos surpreender-nos com o fato de tantos homens recusarem-se a alimentar com seu voto tal meio e cooperar para a "conquista dos poderes públicos". Os revolucionários sabem que as formas do passado durarão enquanto os trabalhadores interessarem-se por sua exis-

tência e compuserem com elas, ainda que para modificá-las, e só podem deplorar a ingenuidade destes que pensam poder "fazer a Revolução pela cédula de voto". Para ter essa ilusão, é preciso não considerar a fraqueza real desse Parlamento supostamente soberano; é preciso cerrar os olhos sobre as instituições diferentemente poderosas que se constituíram nas cercanias, aproveitando-se da legislatura como o gato do camundongo.

É essa complexidade do governo que torna toda revolução francamente política extremamente difícil. As velhas reminiscências acantonaram-se todas, concentradas em tantos Estados secundários, autênticos polvos que vivem sobre o organismo do Estado geral e às suas expensas: a nação deperece em razão de sua prosperidade. Uma revolução nominal não pode ter qualquer efeito se ela também não atacar essas corporações, unidas por uma solidariedade absoluta de interesses particulares e coletivos. Assim que uma dessas corporações é solidamente constituída em corporação oficial e sacrossanta, sua tendência inevitável é dizer-se e crer-se infalível e reservar-se absolutamente as discussões e as decisões que foram declaradas pelo rei,

pelo costume ou pela lei como sendo de sua atribuição. Era assim que a Igreja reivindicava não só o monopólio da salvação das almas como também aquele da ciência: à exceção dos padres ou do "clericato", isto é, de saber, ninguém tinha direito de falar de coisas que eram consideradas acima de seu alcance; o conhecimento da natureza humana permite afirmar sem temor que em número de circunstâncias os padres intentaram processos de heresia bem mais por inveja de ofício do que por um santo ardor pela fé. Mesma infalibilidade nas outras profissões, através de todos os níveis da sociedade até as diversas corporações operárias, que se agarravam a seus privilégios de ofício com uma rudeza patriótica, não apenas por causa do interesse comercial que elas tinham em permanecer as únicas fornecedoras de certos produtos, mas também em virtude do orgulho que lhes inspirava a posse exclusiva dos segredos e das práticas de sua indústria. Sabemos que outrora tal forma da massa pertencia ao padeiro e que tal outra forma era propriedade do confeiteiro. Um passo a mais nessa via, isto é, a consagração religiosa e social dessas divisões entre as profissões, os trabalhos, os ofícios, e a casta es-

tava criada no Ocidente como no antigo Egito e na Índia atual.

No entanto, esse espírito de corpo, que é uma das chagas da sociedade moderna, teve grandeza em seu período de evolução, quando, pela conquista ou pela defesa da independência ou da liberdade, ele exigia o sentimento do dever, o devotamento, a honra coletiva. Homens tornados irmãos são obrigados por isso a não se tornar indignos aos olhos uns dos outros e daqueles que foram as testemunhas de seu pacto. O laço que os une não deve romper-se, mesmo ante a morte. Quantas vezes, nos combates dos tempos primitivos, guerreiros acorrentaram-se de maneira a formar um único corpo, indivíduo gigantesco, destinado a vencer ou a morrer por inteiro! Mesmo a história militar moderna, que, contudo, não se ocupa de homens lutando por uma causa livremente escolhida, é repleta de relatos que testemunham estreita solidariedade de coragem entre companheiros reunidos pelo acaso sob uma mesma bandeira, em um mesmo corpo, tendo por tradição o desprezo pela morte! “Entregai-vos a fundo!” tal foi, sob diversas formas, a ordem do general-comandante nas lutas supremas. Uma

estatística, elaborada com zelo pelo exército britânico, estabelece que o número da mortalidade das tropas durante as batalhas, verdadeira medida da coragem em face dos canhões, aumenta com a reputação tradicional dos regimentos, os *Highlanders* encabeçando a lista.

Esse espírito de corpo do soldado que se devota por orgulho forma a transição natural entre o sentimento primitivo dos homens livres, que se entregaram por inteiro a uma causa amada, e o espírito de corpo atual das companhias e das administrações de Estado cujos membros estão ligados para a defesa, a manutenção, o aumento de seus privilégios. Que se julgue isso por aquela de todas as profissões que abarca decerto em proporção a mais forte parte de homens superiores, porquanto necessita do máximo de estudos aprofundados, que obriga a mais experiências atentas e apela mais para a simpatia humana, a profissão médica. Ora, basta ler os estatutos das sociedades provinciais, pelas quais os "homens da arte" engajam-se uns em relação aos outros, para constatar que eles também se deixaram corromper pelo espírito de corpo e que o devotamento ao público sofredor é a menos imperativa de suas preocupações.

Ora o médico — que é ao mesmo tempo um amigo, esse precioso conselheiro que sabe ler em vosso corpo e ao qual a afeição, a prática sagaz da vida permitem ler também em vossa alma — traz consigo consolação e força, ora o caçador de enfermos, o especulador em tratamentos e drogas, o inventor e o propagador engenhoso de novas taras é um perigoso golpista. O monopólio, não de curar, mas de tratar para todos os fins, é reivindicado por ele com singular tenacidade; e se, às vezes, ele é obrigado a acolher como confrade um Pastor ou tal outro descobridor de novas vias, com que arrogância ele rejeita os humildes curandeiros, sobretudo aqueles que tratam gratuitamente dos enfermos e dos feridos. Ora, o que quer que se diga, os magos e os medicastros, filhos dos antigos feiticeiros e xamãs, não são todos charlatães; os remédios tradicionais, conservados em algumas famílias para o tratamento de tal ou qual enfermidade, nem sempre são drogas nocivas, conquanto nenhum farmacêutico de primeira classe as tenha rotulado; as ervas, os emplastros das boas velhas senhoras e dos selvagens podem proporcionar curas lá onde as soluções médicas mais modernas permanecem im-

potentes. Terutak, o "médico" da ilha Apemama (Arquipélago Gilbert), trata um resfriado de R. L. Stevenson; que médico competente poderia agir mais simples e radicalmente,[12] um local sagrado, alguns passes magnéticos, um sono profundo do qual o paciente desperta curado. "Os diplomas são uma garantia", dizem-nos, mas não são eles de fato uma mistificação, pois nos afirmam falsamente o saber dos ignorantes que souberam recitar frases de manual? Os próprios examinadores dizem que os exames são formalidades sem valor.

Desses Estados no Estado, o mais augusto, evidentemente, é aquele que outrora quis ser o senhor absoluto e que ainda visa ao império universal. É o clero. Ele só cedeu palmo a palmo em sua luta secular, e palmo a palmo buscaria reconquistar todo o terreno perdido se a ciência não interviesse, pois ele ama avidamente o poder e tem a experiência disso. Todavia, deixando-lhe o caráter puramente espiritual no qual se quer encerrá-lo, há uma outra casta que não quer outra coisa senão substituí-lo. Conquanto emanada diretamente do Estado, a ma-

[12] *In the South Seas*, vol. II, pp. 232-235.

gistratura constitui muito bem um segundo clero, simultaneamente pela solidariedade de seus membros, pelo orgulho de sua atitude, pelo caráter sobrenatural que lhe apraz dar-se. Essa casta não representa Deus sobre a terra, mas personifica a Lei, que também é uma divindade, e atribuiu-se como símbolo tábuas de pedra sobre as quais são gravadas palavras que consideram durar para sempre. Nada pode apagar essa escrita antiga traçada pelo próprio raio no Sinai ou qualquer outra montanha tonante; do mesmo modo, os julgamentos dos magistrados devem parecer infalíveis. A balança que eles têm nas mãos pesa, sem se enganar, até o último grão de poeira, e o fio de seu gládio só corta cabeças culpadas. Pelo menos, outrora se acreditava nisso e eles próprios ainda o sustentam. Passam gerações sem que a piedade pelo povo faça-lhes reformar julgamentos iníquos. A majestade da justiça exige que eles não possam cometer erros. De resto, o Estado reconhece-o pois eles são irremovíveis.

Mas essa Lei que eles buscam representar, e que o popular imaginava, com efeito, como uma instituição de origem eterna mais antiga do que o homem, essa Lei, quem são seus autores? Evi-

dentemente todos os privilegiados, considerados em seu conjunto, colaboram para a fabricação das portarias legais que protegem seus interesses e sua propriedade, mas, nessa obra, a grande parte de invenção, arranjo e redação cabe aos magistrados, que são os únicos depositários do anfiguri no qual essas coisas estão escritas. São eles que preparam os projetos de lei que os ministros sustentam diante do Parlamento e que, quando esses textos são combatidos, retomam-nos pela base com a intenção de não modificar absolutamente a significação profunda, embora mudando os termos. Na discussão, são eles também que fixam o sentido momentâneo das frases, reservando-se a interpretá-las de maneira diferente quando os interesses da casta o exigirem. Por sinal, na maioria das assembléias parlamentares, a proporção da gente de lei está fora de toda relação natural com as outras classes da sociedade. Por seus antigos juízes, e sobretudo pela juventude ambiciosa dos advogados, igualmente iniciados na linguagem e nas astúcias da gente de lei, os juristas têm a grande parte na representação nacional.

Um curioso diagrama introduzido pelo sr. Demollins em sua obra *La Supériorité des Anglo-*

saxons (p. 332) mostra o quanto a representação dita "nacional" da França corresponde pouco à própria constituição da sociedade e que "mentira convencional" ela é na realidade. Os deputados que não pertencem desde o seu nascimento à classe burguesa são em ínfima minoria, uma, duas dezenas, três no máximo. Os outros podem ser repartidos em cinco rubricas, das quais quatro equivalem-se aproximadamente pelo número: os proprietários fundiários, entre os quais os delegados da pequena propriedade são raros ou inexistentes; os advogados, os outros membros das profissões liberais (jornalistas, médicos e professores); em seguida os funcionários aposentados ou demissionários (oficiais do exército e da marinha, magistrados, diplomatas), em cujas categorias pode-se colocar os notários e os procuradores; enfim, uma quinta categoria, menos numerosa, compreenderia os financistas, os industriais e os negociantes.

Graças à aliança dos fraseadores e das pessoas ricas, que constitui sempre a maioria, independentemente da gangorra parlamentar, as leis, cujo conjunto incoerente representa essa divindade que denominam Lei, são sempre asse-

guradas de permanecerem conformes aos "bons princípios". Depois, após o período preparatório, vem aquele da aplicação, e é aí então que a magistratura pode fazer maravilhas escolhendo no arsenal dos precedentes jurídicos os argumentos que lhe convêm para embranquecer ou enegrecer o acusado, segundo sua condição de "poderoso ou miserável". Terrível prerrogativa esta de decidir sobre o mal e o bem, classificar de imediato os homens entre os bons cidadãos ou entre os reprovados. Não é possível que o juiz, armado desse poder sobre-humano, não se deixe levar pela vertigem de sua onipotência moral. Tal como o clero, ao qual ele tanto se assemelha, e que secunda de bom grado, deixa-se levar pela ilusão de sua perfeita superioridade e, em seus conflitos com os outros corpos do Estado, decide com serenidade em favor de seus interesses tradicionais. Quão mais simples é a magistratura da ilha de Apemama, já citada: um único funcionário, atirador de primeiro nível, o rei Tembinok, simultaneamente senhor e proprietário, juiz e carrasco; uma única advertência antes da pena suprema apanha o delinqüente de improviso e força-o a escrutar sua consciência, a descarga

de um fuzil de repetição que faz sibilar a bala no ouvido e aspergir a terra ao redor.[13]

Uma outra casta, de origem recente, rivaliza com padres e magistrados pela pretensa infalibilidade. É a classe dos engenheiros titulados. Se possuísse a majestade do tempo, ela teria todas as condições de chegar à dominação suprema. Entre essas personagens, o espírito de corpo é solidamente forjado; cada um deles ordena-se hierarquicamente, simultaneamente como soldado, administrador, sapiente, cada um circundado, por assim dizer, por um forte de tripla muralha. Educados como militares nas escolas do Estado, reivindicam regras da disciplina para exigir a obediência; funcionários falam em nome do governo e da lei; sapientes não admitem que suas concepções pessoais possam ser discutidas: cada uma de suas palavras deve ser considerada como a própria verdade. Assim, suas decisões são, mesmo quando eles encontram diante deles populações unânimes, continuamente imbuídas de uma experiência tradicional e de um perfeito conhecimento dos lugares. Sem dúvida, eles devem muitas vezes re-

[13] *In the South Seas*, vol. II, pp. 199-200.

conhecer em segredo que tal ou qual de seus "caros camaradas" cometeu algum erro grosseiro, mas, antes de tudo, o que importa é não deixar o público entrar na confidência, é reivindicar o péssimo trabalho como uma obra-prima, e, sobretudo, é preciso impedir a qualquer custo que um homem de fora, um indivíduo que não tenha saído das escolas, permita-se corrigir a obra malfeita por um eleito. Conquanto os corpos de ofício estritamente fechados tenham sido abolidos nos países de cultura européia, o monopólio não deixou de manter-se ou reconstituir-se em todas as profissões que exigem diploma e hierarquia. Disso resulta que trabalhos de uma importância capital fazem-se, às vezes, de uma maneira absolutamente contrária ao bem público. Foi assim que no Havre, a despeito de todos os pilotos, de todos os marinheiros que freqüentam o porto, os engenheiros, ditando de Paris sua vontade, recusaram-se constantemente a dotar o comércio local de uma extraordinária angra, por sinal, fácil de construir diques, porquanto as próprias fundações existem a três quilômetros da costa atual: são os restos da antiga falésia que protegem em maré baixa uma superfície de várias centenas de hec-

tares. Suficientemente elevados e munidos de cais, eles dariam ao Havre um admirável anteporto. Todavia, os engenheiros preferem despender o quádruplo das somas necessárias à construção de diques, para escavar no interior das terras novas enseadas, de importância secundária em comparação com a angra.[14]

Entretanto, padres, magistrados, engenheiros titulados e outros funcionários teriam singularmente de moderar seu orgulho se o Estado, do qual fazem parte, não se apoiasse na força, essa "razão" maior que o dispensa de ter razão. Em quase todas as nações de tipo europeu, uma parte muito considerável da juventude válida é anualmente recrutada na massa da nação e adestrada metodicamente na arte de matar. Todas as medidas são tomadas para que a grande máquina mortífera funcione à vontade e sempre no interesse preciso de classes dirigentes. É verdade que os exércitos não acompanharam os progressos da organização industrial e que eles representam sob muitos pontos de vista uma herança do tempo de Luís XIV, de formas pesadas e ultrapassa-

---

[14] Fernand Maurice, *Le Havre et l'Endiguement de la Rade*. E. Prat, *Enrochement de la rade du Havre*.

das. Podemos julgar essa falta de adaptação dos exércitos à vida moderna comparando, por exemplo, as forças militares da França e da Europa central com aquelas da Suíça, onde se esforçaram para organizar as tropas como forças verdadeiramente defensivas, sem completa interrupção de sua vida cívica e industrial. Para permanecer à altura da ciência, o sistema militar deveria evoluir continuamente. Longe disso; a cada dia fica mais patente a ruptura de equilíbrio. Com o poder terrificante das armas modernas, aumentou paralelamente o valor relativo da iniciativa individual; ora, como desenvolver essa iniciativa sem a inteligência, e como desenvolver a inteligência mantendo a obediência passiva? Como impedir que cada soldado constate, em seu foro íntimo, a ridícula imperfeição da organização militar e a futilidade, a inanidade dos esforços que exigem dele? Como ele não sentiria mais pesadamente a cada dia o peso do sacrifício que faz abandonando trabalho e família durante três anos, e mesmo durante dois anos? E como todo cidadão não pode subtrair-se do serviço pessoal, como evitar que se dissemine na nação inteira a convicção de que o exército permanente esgotou seu tempo?

Todavia, apesar de tudo, o objetivo principal do exército não foi alcançado quando tem sob controle baionetas obedientes em número ilimitado, menos para opô-las ao inimigo do que para impor medo a um povo sempre disposto à crítica, às ameaças, inclusive à revolução? As tradições do exército exigem que os chefes sejam sempre personagens decorativas, distinguindo-se como na Idade Média pela abundância das plumas e dos bordados, pela violência das cores. Na Inglaterra, os generais são quase todos homens da alta classe tendo muito dinheiro a gastar com cavalos, torneios e festins[15]. Na Alemanha, na Áustria, na Rússia, são principalmente senhores de brasões antigos; na França, a maioria diz-se "filhos dos Cruzados", e quantos entre eles, para testemunhar que representam a reação em sua essência, vangloriam-se de pertencer às famílias dos emigrados que combateram a França durante a primeira Revolução. Mesmo na Suíça, os quadros de oficiais, mantidos em permanência, constituem uma autêntica aristocracia militar. Deixados por si mesmos, os exércitos jamais tomaram par-

[15] H. G. Wells, *Anticipations*.

tido pela liberdade de um povo contra tiranos hereditários ou usurpadores: em toda ocasião, eles puseram sua força a serviço de algum déspota. Habituados à obediência passiva, jamais compreenderam uma sociedade livre; eles próprios subjugados aos chefes, ajudavam na subjugação da população civil.

Mesmo quando o exército não é empregado diretamente como "grande gendarmaria" para servir contra o povo, seja nas agitações políticas, seja nas crises econômicas do trabalho e das greves, ele não é menos instruído para a hostilidade contra a multidão dos cidadãos sem armas. O sublime desprezo dos oficiais de Napoleão pelos civis é bem conhecido, e esse desprezo ainda se vê, embora em menor grau, em todos os exércitos, mesmo entre os soldados que crêem de bom grado na beleza do "penacho", no "prestígio do uniforme", ainda que fosse para tentar compensar as humilhações que eles têm de suportar por parte de seus superiores. Esse desprezo engendra o ódio. Quantas vezes não vimos o exército, engajado em uma guerra dita nacional, agir, contudo, de uma maneira completamente hostil aos interesses e aos anseios da nação?

Foi assim que, durante a guerra franco-alemã de 1870, Bazaine deixou que encerrassem em Metz os 170.000 homens que lhe haviam sido confiados porque ele queria "conservar um exército à disposição eventual de seu imperador". Do mesmo modo, durante o cerco de Paris, os oficiais que comandavam os fortes excitavam de bom grado os ódios e as zombarias de seus soldados contra os cidadãos armados; o exército sentia-se desonrado por uma vitória da guarda nacional. Enfim, em tempo de paz, a influência preponderante das castas militares faz atribuir aos aposentados e aos inválidos, em grande detrimento do serviço público, inúmeras funções às quais o regime do exército não os preparou de maneira alguma. Na Argélia, no Sudão, chega-se até a boicotar, desencorajar, inclusive perseguir exploradores cuja única acusação é não pertencer ao exército ou à Igreja.

A propósito dos crimes que se produziram em diversas ocasiões nos exércitos coloniais e que fizeram passar no mundo uma sensação de horror universal, projetaram a idéia de que a influência do sol tropical poderia provocar uma enfermidade especial, "bruscamente", que se manifestaria especialmente entre os oficiais e

faria com que eles cometessem atos abomináveis e sem causa aparente. Essa invenção de uma enfermidade particular aos militares graduados, que apresenta a grande vantagem de poder agraciá-los pelos conselhos de guerra, e parcialmente, inclusive, pela opinião pública, lembra a invenção relativa ao roubo nas lojas de novidades, quando é cometido por respeitadas senhoras que não têm nenhuma necessidade dos objetos dos quais se apropriam: trata-se de um simples caso de cleptomania, da alçada não dos tribunais, mas da medicina. Todavia, entre os oficiais largados em algum imenso domínio colonial, a loucura criminal explica-se facilmente sem acesso de brusquidão: o poder absoluto exercido sobre seres considerados como sendo apenas homens e sem que se tenha a temer o julgamento de seus pares, a reprovação de um só indivíduo do qual se respeite a consciência ou o pensamento; esse poder transforma-se rapidamente em imperialismo ao modo romano ou em pura perfídia.

Organizado para o mal, o exército só pode funcionar para o mal. Durante a guerra, ele destrói tudo pelo ferro e pelo fogo, e a pátria que o mantém, que lhe fornece os elementos e as

armas, despende por ele todos os seus recursos presentes e sobrecarrega o futuro com tantos empréstimos quantos os banqueiros do mundo consentem. O Japão não teria aproveitado-se da vitória de Mukden e a guerra da Manchúria não estaria ainda durando (1905), se seu crédito não tivesse esgotado? É verdade que os conflitos entre as grandes potências tornaram-se eventos raros, cada uma delas temendo com razão os formidáveis esforços que exigem tais lutas, mas os orgulhosos Estados compensam-se esmagando aqui e acolá alguns inimigos longínquos, demasiado fracos para resistir, e, por sinal, o que denominam paz e que é uma contínua preparação à guerra, é sempre um abismo de despesas. Os soldados adestrados ao exercício e às manobras custam infinitamente mais caro do que se tivessem continuado a ser produtores de pão ou de seus equivalentes em labor. Muitos deles desaprendem as práticas do trabalho regular e não podem retomá-lo ao deixar o regimento; enfim, seja na paz, seja na guerra, e talvez ainda mais durante a paz, os infelizes, colocados pelo isolamento sexual em condições contrárias à natureza, corrompem-se fatalmente e disseminam seus vícios e suas doenças aos civis

com os quais estão em contato. Não vimos na Índia operações de guerra completamente suspensas porque os regimentos, devastados pelas doenças contagiosas, não podiam sair de suas casernas e de seus hospitais?

Poder-se-ia temer que, sob o esforço da coação militar, cujo princípio, a obediência sem comentários, é absolutamente oposto a todo despertar, a toda iniciativa do povo, poder-se-ia temer que o destino fatal das nações européias fosse a definitiva subjugação seguida da morte, se o exército fosse estritamente uno em sua íntima organização, assim como o é segundo as conferências que os soldados são obrigados a suportar e nas quais cada descumprimento ao regulamento, às ordens dos chefes é pontuada, como em uma espécie de refrão, por uma ameaça de condenação à morte. Mas o exército não é uno; a base não mantém com a cúpula uma aderência desejada de parte a parte; o conjunto não forma absolutamente uma "grande família", como repetem de bom grado. Ao contrário, os sentimentos de aversão dominam entre os oficiais e "seus" homens. Não poderia ser diferente. Os oficiais, em sua maioria esmagadora, pertencem às castas da nobreza e da burguesia: vive-

ram apartados do povo pobre; seguiram um canal especial; salvo exceção, eles nunca foram soldados de segunda classe e, durante muito tempo, o meio mais eficaz de evitar absolutamente a coabitação da camarata foi mesmo abraçar a carreira militar; pode-se dizer mais: os oficiais emanados das fileiras geralmente não alcançam uma consideração igual àquela de que gozam seus confrades saídos das escolas. O oficial domina de uma posição tão elevada o militar sem graduação que toda cordialidade torna-se impossível: as condições da vida do soldado são reguladas por suboficiais, classe híbrida, desprezada por uns, odiada por outros. Mesmo sobre os navios de guerra, onde, segundo parece, o espaço é tão exíguo que o contato torna-se inevitável, lá mesmo, e lá sobretudo, a separação é completa entre aqueles que comandam e a tripulação que deve obedecer ao mínimo gesto; em nenhum lugar a rigidez brutal da casta faz-se mais duramente sentida: dir-se-ia que os chefes experimentam a necessidade de aumentar a distância moral para compensar a falta de distância material.

Foi graças a essa linha de separação absoluta entre os oficiais e os "homens" que a socie-

dade pôde, apesar de tudo, evoluir para melhor. Se a guerra, com toda a sua vida particular de horrores e massacres, fosse a ocupação real do exército, este encontraria sua monstruosidade unidade fora do corpo social, mas, felizmente, os grandes conflitos internacionais são coisa rara e o desdobramento dá-se entre os dois elementos do organismo militar: a casta dos oficiais associa-se às outras castas dirigentes, enquanto, de seu lado, a tropa gravita em torno da massa do povo de onde ela foi extraída e aonde retornará após algumas centenas de dias dos quais cada soldado desejoso de liberdade guarda a conta exata em sua memória. O contraste é assaz claro para que os grandes chefes não possam ousar nada, e que eles sejam obrigados a suportar essa coisa monstruosa a seus olhos: a ingerência dos civis em seus assuntos. Os símbolos republicanos, bandeiras, cantos, fórmulas, os chocam brutalmente, mas o destino força-os a acomodar-se a isso. Eles comandam, mas só na aparência; também devem submeter-se a uma nova ordem de coisas. Crêem-se livres e a corrente arrasta-os para um futuro desconhecido.

O código que rege o exército, do general ao simples soldado, apresenta-se com certa uni-

dade, mas, de fato, duas morais, dois sistemas completamente diferentes aplicam-se aos eleitos do corpo superior e à multidão dos não-graduados. Estes são regidos pelo terror, e as penas que os golpeiam são inclusive acompanhadas de torturas tradicionais, impostas para o deleite de carrascos irresponsáveis. Quanto aos oficiais, reconhecem-se fidalgos e resolvem como colegas corteses, de boa companhia, os descumprimentos de seus pares ao dever militar por penas que permanecem contudo decorativas e testemunham uma continuação de respeito pelo oficial envolvido. Entretanto, pavorosos dramas ocorrem, em conseqüência a crimes, traições, rivalidades pessoais: mas logo depois os grandes chefes buscam reparar o que eles denominam "a honra do exército" e que é simplesmente a aparência de infalibilidade da qual devem desfrutar aos olhos da massa ignorante. Assim, nesse memorável "caso Dreyfus", no qual a pena mais grave acabara de recair sobre um homem certamente inocente, vimos a maioria dos chefes do exército aliar-se prontamente não para buscar ou proclamar a verdade, mas, ao contrário, para sufocá-la: a qualquer custo, mesmo por calúnias e assassinato, tentaram salvaguar-

dar a honra coletiva da corporação, que exigia o sacrifício de uma vítima pura, segundo se dizia "demasiado feliz por poder servir ao bem-estar de uma instituição sagrada". De qualquer modo, a alma do soldado foi desvelada, e a crítica do observador, cada vez mais apoiada sobre fatos mais numerosos, constata que o organismo do exército, como aquele de todos os outros corpos estabelecidos no Estado às expensas da nação, é um autêntico cancro que tende a espalhar-se incessantemente sobre a parte sadia do povo e que só pode desaparecer pelo efeito de uma revolução decisiva: reformas são insuficientes em semelhante caso. O mal não deve ser reformado, mas suprimido.

Todavia, o medo é bom conselheiro. As diversas castas sabem o que têm a temer de um futuro talvez próximo e associam-se prudentemente para proteger-se do perigo pelo maior tempo possível. Em relação a isso, e malgrado o recuo mais ou menos durável que disso resulta para a sociedade em seu conjunto, é preciso felicitar-se pelo fato de que a evolução histórica provocou nas regiões ditas civilizadas uma aliança mais íntima entre os governos contra os povos e, em cada Estado, mais estreita cumplici-

dade entre os corpos constituídos, clero, magistratura, exército, contra a massa explorável da população: as situações tornaram-se claras e os acontecimentos assumiram uma aparência lógica. Cada vez mais, os chefes e as classes dirigentes compreendem o interesse que eles têm na opressão metódica da massa de súditos, sem os sobressaltos da guerra, e sua principal preocupação é preparar todo o seu instrumental de defesa contra o povo no caso de ele manifestar a mínima veleidade de independência. Os pastores dos povos, aqueles que adquiriram o hábito de designar, com Octave Mirbeau, pelo nome de "maus pastores", tendem a constituir-se em um grande Conselho, a soldo e por conta da sociedade anônima dos ricos acionistas que os mantêm no poder.

Da mesma forma, nos diversos Estados, os órgãos do poder, outrora completamente distintos e vivendo sobre um fundo de tradições próprias, encerravam-se em seu espírito de corpo ciumento e professavam uma moral bem particular, toda voltada à glorificação de sua casta especial; mas essas diversas hierarquias, que se invejavam mutuamente e detestavam-se de bom grado, sentiram a necessidade de unir-se con-

tra o inimigo comum, contra o pensador livre que as estuda e as despreza, contra o homem que Bossuet qualifica de herético: “aquele que tem uma opinião própria, segue seu próprio pensamento e seu sentimento particular”, e sobretudo contra o rebelde consciente, que não abdica de seu direito de defender-se, e compreendeu o dever de agir para si e para seus companheiros de sofrimento: “Contra o inimigo, a reivindicação é eterna”[16]. Em todos os tempos houve revoltas, mas quase sempre foram os infelizes, embrutecidos pela miséria, que, não suportando mais, lançavam-se cegamente sobre o senhor; mas este vê agora erguer-se diante de si reivindicadores que conhecem a razão de sua miséria e os meios para sair dela, “heréticos” que, na luta contra a rotina, associam seu pensamento, seu sentimento, sua ciência com vistas a uma ação comum, desprezam as vaidades do poder e as futilidades da riqueza, e são amiúde verdadeiramente superiores a seus patrões, não apenas pela orgulhosa compreensão das coisas mas também pelas qualidades morais.

---

[16] “Adversus hostem aeterna auctoritas esto”. L. Morosti. *Les Problèmes du paupérisme*.

Assim, todas as classes de funcionários e governantes detentoras de parte do orçamento são forçadas a renunciar à sua orgulhosa aparência de superioridade para fazer frente ao perigo: soldados e padres, magistrados e parasitas que vivem da exploração das pessoas que labutam, aliam-se com vistas ao proveito comum, todos sob a direção do prelado, de untuosa palavra, sutil consciência, sempre pronto a distinguir o bem do mal ou a mesclá-los sabiamente.

Um mesmo fenômeno produz-se dos dois lados: a concentração das inteligências e das vontades em torno de dois princípios opostos; de um lado, a autoridade, que tem sua forma lógica no catolicismo ensinado pelos jesuítas, do outro, a liberdade, que reconhece a cada um o dever de seguir a lei de sua própria consciência. Pouco a pouco, os elementos saem da multidão dos subjugados sem idéia, e dirigem-se a um desses pólos: as opiniões intermediárias, tentando conciliar os dois extremos, evaporam-se ao calor da controvérsia; elas só constituem formas passageiras. Em política, os partidos de "esquerda" esfoliam-se, os grupos "avançados" recuam gradualmente e amontoam-se rumo ao "centro", aqueles do centro rumo à "direita", à

A. Willette, *Duralex Pauperibus Sed Lex.*

medida que as reivindicações populares tornam-se mais sérias e são exprimidas mais claramente.

Todos os movimentos de emancipação mantêm-se, ainda que os revoltados freqüentemente se ignorem uns aos outros, e conservem inclusive suas inimizades e seus rancores atávicos. Da Inglaterra e da Alemanha à França e à Itália, os operários que se detestam reciprocamente são numerosos, o que não os impede de apoiar-se mutuamente por sua luta comum contra o capital opressor. Do mesmo modo, entre as mulheres que se lançaram impetuosamente no exército da reivindicação igualitária entre os sexos, houve de início uma fortíssima proporção que, em sua qualidade de patrícias ou de letradas, conservavam um santo horror pela operária de vestes surradas ou sujas. Ao menos, desde os primeiros tempos do "feminismo", valentes mulheres dirigiram-se heroicamente às prostitutas para solidarizar-se com elas no protesto contra os abomináveis tratamentos que lhes são dispensados e contra a escandalosa parcialidade da lei relativa aos sedutores contra suas vítimas. Ao risco dos insultos e dos contatos mais repugnantes, elas ousaram dirigir-se

aos prostíbulos e aliar-se com suas irmãs reprovadas contra a vergonhosa injustiça da sociedade. Assim, os risos grosseiros, os vis ultrajes com que foram acolhidas suas primeiras iniciativas, deram lugar, entre muitos zombeteiros, a uma profunda admiração. Essa é uma coragem de valor muito diferente daquele do soldado feroz que, tomado por um furor bestial, desfere golpes de sabre ou dispara tiros de fuzil.

Evidentemente, todas as reivindicações da mulher contra o homem são justas: reivindicação da operária que não é remunerada no mesmo valor que o operário por um mesmo trabalho, reivindicação da esposa que é punida por "crimes" que são "pecadilhos" entre os maridos, reivindicação da cidadã à qual proíbe-se toda ação política aparente, que obedece a leis que ela não contribuiu para fazer, paga impostos com os quais não concordou. Seu direito de recriminação é absoluto, e nenhuma dessas que se vingam eventualmente poderia ser condenada porquanto as primeiras faltas são aquelas do privilegiado. Todavia, a mulher normalmente não se vinga em absoluto; em seus congressos ela faz, ao contrário, um apelo ingênuo aos legisladores e aos governantes, aguardando a reden-

ção de suas deliberações ou de seus decretos. De ano em ano a experiência ensinar-lhe-á, contudo, que a liberdade não deve ser absolutamente mendigada e que é preciso conquistá-la; ensinar-lhe-á, além do mais, que sua causa confunde-se virtualmente com aquela de todos os oprimidos quaisquer que sejam; doravante, elas terão de ocupar-se de todos aqueles contra os quais fazem mal, e não apenas das infelizes mulheres obrigadas pela miséria a vender seu corpo. Unidas umas às outras, todas as vozes dos humildes e ofendidos retumbarão em um formidável grito que se fará ouvir.

Não há por que enganar-se em relação a isso. Aqueles que buscam a justiça não teriam qualquer chance de poder obtê-la um dia, nenhum raio de esperança que pudesse reconfortá-los em sua miséria se a liga de todas as classes inimigas mantivesse-se sem defecções, se ela apresentasse-se sólida como o muro vivo de um quadrado de infantaria. Mas de suas fileiras saem inúmeros trânsfugas, uns que partem, sem hesitação, engrossar o campo dos revoltados, os outros que se dispersam aqui e acolá, mais ou menos próximos do grupo dos inovadores ou daquele dos conservadores, mas,

em todo o caso, demasiado distantes de seu lugar de origem para que se possa convocá-los no momento da batalha. É bem natural que os corpos organizados empobreçam-se assim de seus melhores elementos por um contínuo movimento de migração. O estudo dos fatos e das leis que a ciência contemporânea revela em seu encadeamento, as rápidas transformações do estado social, as novas condições da ambiência, a necessidade de equilíbrio moral nos seres que logicamente a busca da verdade atrai, tudo isso cria para os jovens um meio completamente diferente daquele que comporta um organismo tradicional à lenta e penosa evolução. É verdade que os representantes dos antigos monopólios também têm seus recrutas, sobretudo entre aqueles que, cansados de sofrer por suas idéias, querem enfim experimentar alegrias e privilégios deste mundo, saciar sua fome e viver, por sua vez, como parasitas. Mas qualquer que seja o valor particular de tal ou qual indivíduo que muda de ideal e de prática, é certo que o exército do ataque revolucionário sobrepõe-se a essa troca de homens, pois recebe os ardentes, os resolutos, os jovens de audácia e vontade, enquanto ao campo dos antigos par-

tidos dirigem-se os vencidos da vida: eles levam seu desencorajamento e sua pusilanimidade.

O Estado e os diversos Estados particulares que o compõem têm a grande desvantagem de agir segundo um mecanismo tão regular, tão pesado, que lhes é impossível modificar seus movimentos e habituar-se às novas coisas. Não só o funcionarismo não ajuda o trabalho econômico da sociedade como também é duplamente nocivo, de início perturbando de todas as maneiras a iniciativa individual e, inclusive, impedindo-a de surgir, depois, retardando, parando, imobilizando os trabalhos que lhe são confiados. As engrenagens da máquina administrativa são estabelecidas precisamente em sentido inverso daquelas que funcionam em um organismo industrial. Neste, busca-se diminuir o número dos artigos inúteis e produzir a maior quantidade de resultados com o mecanismo mais simples; na hierarquia administrativa, ao contrário, esforçam-se para multiplicar os prepostos e os subordinados, os diretores, controladores ou inspetores: tornam o trabalho impossível por força de complicá-lo. Tão logo se apresenta um caso que escapa da rotina habi-

tual, a administração perturba-se como uma população de rãs à queda de uma pedra em um pântano. Tudo se torna pretexto para atraso ou advertência. Um tal retarda a assinatura porque tem inveja de um rival que poderia tirar proveito disso; tal outro porque temeria desagradar a um superior; um terceiro reserva sua opinião para dar-se importância. Depois vêm os indiferentes e os preguiçosos. O tempo, os acidentes, os mal-entendidos completam a desculpa da má vontade, e, enfim, os dossiês desaparecem sob uma camada de pó no bureau de algum chefe sabotador ou preguiçoso. As inúteis formalidades e, em certos casos, a impossibilidade material de fornecer todas as assinaturas desejadas paralisam os negócios, que se desgarram como pacotes a caminho das capitais.

Os trabalhos mais urgentes não podem fazer-se porque a força de inércia dos bureaux permanece invencível. Tal é o exemplo da ilha de Ré, que se encontra em perigo de ser qualquer dia separada em duas por uma tempestade. Do lado do Oceano, ela já perdeu uma faixa de terreno larga de vários quilômetros em certos lugares, e, atualmente, só resta no local mais ameaçado um istmo mínimo de cem me-

tros de largura: o cordão de dunas que forma a ossatura da ilha é ali muito fraco, e tudo leva a crer que, durante uma forte maré de equinócio, algum vento furioso do oeste levará um dia as ondas através do pedúnculo de areia e abrir-se-á um largo estreito pelos pântanos e pelos campos. Todos estão de acordo que seria urgente construir um poderoso dique sobre esse ponto fraco da ilha; mas outrora foi ali construído um fortim, obra sem valor, abandonado agora aos morcegos, sem um único homem de guarnição; não importa, ele está sob a vigilância virtual do gênio e, por conseqüência, todos os trabalhos civis são forçosamente paralisados em sua vizinhança; essa parte da ilha deve perecer. Não longe dali, as águas de um golfo irromperam em pântanos salobros e os transformaram em um estuário sem profundidade. Seria fácil recuperar esses "Pântanos Perdidos"; os ribeirinhos tinham realizado o projeto, mas a invasão do mar fez dele um domínio nacional e a série de formalidades que acarretaria a retomada do solo parece tão indefinida que a empresa tornou-se impossível. A terra perdida permanecerá assim, a não ser que uma revolução suprima toda intervenção incômoda de um Estado

ignaro e indiferente e devolva aos próprios interessados a livre gerência de seus interesses.

Sob certas considerações, o poder exerce-se de uma maneira ainda mais absoluta entre os pequenos funcionários do que entre os personagens de imponente situação. Estes são, por sua própria importância, obrigados a um certo decoro: são forçados a respeitar o que se chama de "usos do mundo" e ocultar suas insolências, o que às vezes basta para abrandá-los, acalmá-los. Por outro lado, as brutalidades, os delitos ou os crimes que os grandes cometem provocam a atenção de todos: a opinião pública ocupa-se de seus atos e discute-os com paixão; amiúde, inclusive, arriscariam ser derrubados por uma intervenção dos corpos deliberantes e arrastar seus chefes na queda. Mas o pequeno funcionário não tem por que temer tais responsabilidades quando um poderoso patrão protege-o com seu escudo. Então, toda a administração superior, até o ministro, até o rei, porta-se avalista de sua irrepreensível conduta. O grosseiro pode desenvolver-se livremente em toda a sua grosseria, o violento golpear à vontade, o cruel divertir-se longamente a torturar. Que inferno viver sob o ódio de um suboficial instru-

tor, de um carcereiro, de um guarda penitenciário! Graças à lei, aos regulamentos, à tradição, a complacência dos superiores, o tirano encontra-se simultaneamente na posição de juiz, testemunha, carrasco. Acalmando sua cólera, presume-se sempre ter feito respeitar a majestade da infalível justiça. E quando o perverso destino fez dele o sátrapa de alguma colônia longínqua, quem poderia opor-se a seu capricho? Ele eleva-se à altura dos reis e dos deuses.

A arrogância do burocrata que, protegido por sua posição, pode permitir-se ser grosseiro em relação a quem quer que seja, o "espírito" do magistrado exercendo-se às expensas do réu que ele vai condenar, a brutalidade do policial fazendo batida ou "espancando" os manifestantes, mil outras maneiras arrogantes da autoridade, eis o que mantém a animosidade entre governantes e governados. E deve-se observar que esses fatos de ocorrência cotidiana não se abrigam atrás da lei, mas atrás dos decretos, circulares ministeriais, comentários, regulamentos, portarias municipais e outras. A lei pode ser dura, ou mesmo injusta, o trabalhador raramente a encontra em seu caminho; ele pode in-

clusive, em certas circunstâncias, atravessar a vida sem suspeitar de que está submetido a ela, mesmo ignorando que paga imposto: todavia, a cada manifestação de sua atividade, ele é confrontado pelas decisões que funcionários tomaram, funcionários diferentemente irresponsáveis em relação aos membros do Parlamento, decisões sem recursos, e que lembram a todo instante ao indivíduo a tutela estabelecida pelo Estado sobre ele.

O número de funcionários, grandes e pequenos, deve naturalmente crescer em proporções consideráveis à medida que aumentam os recursos orçamentários e que o fisco esforça-se para encontrar novos procedimentos para extrair mais recursos da "matéria sujeita a imposto": mas a pululação dos prepostos e empregados provém sobretudo do que é denominado "democracia", isto é, a participação da multidão nas prerrogativas do poder. Cada cidadão quer possuir um pedaço dele, e a ocupação principal das pessoas que já têm sua função oficial é classificar, estudar e emendar as reivindicações daqueles que também reivindicam seu lugar. O orçamento não pagou — e talvez ainda pague — um inspetor florestal da ilha de Ou-

cassant, na qual existem no total oito árvores, cinco no jardim do vigário e três no cemitério?

É tal a pressão exercida sobre o governo pela multidão de solicitantes que a aquisição das colônias longínquas deve-se em grande medida à preocupação de distribuir funções. Pode-se julgar o que é em muitos países a pretensa colonização pelo que ocorre na Argélia: o número de franceses residindo em 1896 nos limites do território era um pouco mais de 260.000, dos quais mais de 51.000 eram funcionários de todo tipo, aproximadamente um quinto dos colonos[17]; e ainda deduzindo, desse total, os 50.000 homens de guerra. Isso faz lembrar a inscrição acrescentada sobre um mapa em nome da "cidade" de Ushuaia, a colônia urbana mais meridional da América e do mundo: "Setenta e oito residentes, todos funcionários"!

A França, tomada como exemplo dessa "democratização" do Estado, é gerida por um número de aproximadamente 600.000 participantes da força soberana, mas se acrescentarmos aos funcionários propriamente ditos aqueles que se consideram como tais, e que estão, com

---

[17] Louis Vignon, *La France en Algérie*.

efeito, revestidos de certo poder local ou momentâneo, bem como os indivíduos separados do grosso da nação por títulos ou signos distintivos, tais como os guardas campestres, os *tambours de ville*,[18] os arautos públicos, sem contar os condecorados, constatamos que o número dos funcionários ultrapassa em muito aquele dos soldados. Eles são, inclusive, considerados em seu conjunto, sustentáculos muito mais enérgicos do governo que os paga; enquanto o militar obedece às ordens recebidas porque tem medo, o funcionário acrescenta à motivação da obediência forçada aquela da convicção; ele próprio fazendo parte do governo, concentra o espírito dele em todo o seu modo de pensar e em sua ambição. Ele, por si só, representa o Estado. Além disso, o imenso exército dos funcionários instalados tem por reserva o exército, ainda maior, de todos os candidatos às funções, de todos os solicitantes e pedintes, pais, primos e amigos. Assim como os ricos apóiam-se sobre a massa profunda dos pobres e dos famélicos semelhantes a eles pelos apetites e pelo amor

[18] Guarda campestre que fazia anúncios ao som do tambor. (N.T.)

A. Willette, *Triomphe du Monsieur Qui-de-Droit.*

ao lucro, do mesmo modo as multidões que os empregados de toda espécie oprimem, vexam e maltratam, apóiam indiretamente o Estado porquanto se compõem de indivíduos que se ocupam de ambicionar empregos.

Naturalmente, essa expansão indefinida do poder, essa repartição detalhada dos cargos, das honrarias e dos magros salários, até dos salários ridículos, até a simples perspectiva de emolumentos futuros, tem duas conseqüências de efeito contraditório. De um lado, a ambição de governar generaliza-se, universaliza-se, inclusive, e a tendência normal do cidadão comum é participar da gerência da coisa pública. Milhões de homens sentem-se solidários à manutenção do Estado, que é sua propriedade, sua coisa; do mesmo modo que, paralelamente, a dívida crescente do governo, repartida em milhares de pequenos títulos de renda, encontra tantos defensores quanto tem de credores recebendo a cada trimestre o valor de seus cupons[19]. Por outro lado, esse Estado, dividido em inumeráveis fragmentos, e cumulando de seus privilégios tal ou qual indivíduo que todo mundo conhece e que não se tem nenhum motivo especial para admirar ou temer, que, inclusive,

tem-se motivos para desprezar, esse governo banal, demasiado conhecido, cessa de dominar a multidão pela impressão de majestade terrível que outrora pertencia a senhores quase sempre invisíveis e que só se mostravam ao público cercados por juízes, lacaios armados e carrascos. O Estado não só não inspira mais pavor misterioso e sagrado como ainda provoca riso e desprezo: é pelos jornais satíricos, sobretudo pelas maravilhosas caricaturas que se tornaram uma das formas mais extraordinárias da arte contemporânea, que os futuros historiadores terão de estudar o espírito público durante todo o período começando com a segunda metade do século XIX. O Estado perece, neutraliza-se por sua própria disseminação; no momento em que todos o possuem, ele cessou virtualmente de existir, é só sombra de si mesmo.

Assim, as instituições esvanecem no momento em que triunfam em aparência. O Estado ramificou-se em toda parte, mas também em toda parte mostra-se uma força oposta, outrora considerada nula e ignorando-se a si mesma, mas incessantemente crescente e doravante consciente da obra que realizará. Essa força, é a liberdade da pessoa humana que, depois de

ter sido espontaneamente exercida por muitas tribos primitivas, foi proclamada por filósofos e sucessivamente reivindicada com mais ou menos consciência e desejo por inumeráveis revoltados. Em nossos dias, os rebeldes multiplicam-se; sua propaganda assume um caráter cuja forma, menos passional do que outrora, é diferentemente científica; eles entram na luta mais convictos, mais audaciosos, mais confiantes em sua força e encontram nas condições da ambiência maiores facilidades para escapar do açambarcamento do Estado. Essa é a grande revolução que se prepara e que, inclusive, realiza-se particularmente sob nossos olhos. Ao funcionamento social em nações distintas, separadas por fronteiras, e sob a dominação de indivíduos e de classes dizendo-se superiores aos outros homens, mescla-se e substitui-se, de uma maneira cada vez mais regular e decisiva, um outro modo de evolução geral, aquele da ação direta pela vontade livremente exprimida dos homens que se associam por uma determinada obra, sem preocupação de fronteiras entre as classes e os países. Toda realização que se dá assim sem a intervenção dos chefes oficiais, fora do Estado, cujo pesado mecanismo e

cujas práticas ultrapassadas não se prestam ao movimento normal da vida, é um exemplo que pode ser utilizado para empresas mais vastas; e os antigos súditos, tornados associados, agrupando-se com toda independência, em conformidade com suas afinidades pessoais, com suas relações com o clima que os envolve e o solo que os suporta, aprendem a dispensar as tutelas que os guiavam tão mal, mantidas por homens degenerados e loucos. É pelo fenômeno da atividade humana nos ramos do trabalho, agricultura, indústria, comércio, estudo, ensino, descobertas, que os subjugados chegam gradualmente a liberar-se, a conquistar a posse completa dessa iniciativa individual sem a qual nenhum progresso jamais se realiza.

AUJOURD'HUI!

DEMAIN!

Toda realização que se dá assim sem a intervenção dos chefes oficiais, fora do Estado, cujo pesado mecanismo e cujas práticas ultrapassadas não se prestam ao movimento normal da vida, é um exemplo que pode ser utilizado para empresas mais vastas; e os antigos súditos, tornados associados, agrupando-se com toda independência, em conformidade com suas afinidades pessoais, com suas relações com o clima que os envolve e o solo que os suporta, aprendem a dispensar as tutelas que os guiavam tão mal, mantidas por homens degenerados e loucos. É pelo fenômeno da atividade humana nos ramos do trabalho, agricultura, indústria, comércio, estudo, ensino, descobertas, que os subjugados chegam gradualmente a liberar-se, a conquistar a po dessa iniciativa individual sem a qual nenh nunca se realiza.

ÉLISÉE RECLUS